



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS SEDE – CAMPINA GRANDE
CEDUC – CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

LÚCIA DE CÁSSIA DA SILVA FONSÊCA

FILÓSOFAS NEGRAS: VOZES SOANTES E DISSONANTES

**CAMPINA GRANDE
2023**

LÚCIA DE CÁSSIA DA SILVA FONSÊCA

FILÓSOFAS NEGRAS: VOZES SOANTES E DISSONANTES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira.

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F676f Fonseca, Lucia de Cassia da Silva.
Filósofas negras [manuscrito] : vozes soantes e
disonantes / Lucia de Cassia da Silva Fonseca. - 2023.
18 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Filosofia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira ,
Coordenação do Curso de Filosofia - CEDUC. "

1. Silenciamento. 2. Mulheres negras. 3. Filosofia. I. Título
21. ed. CDD 100

LÚCIA DE CÁSSIA DA SILVA FONSÊCA

FILÓSOFAS NEGRAS: VOZES SOANTES E DISSONANTES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Política.

Aprovada em: 29/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Maria Simone Marinho Nogueira

Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Amanda Oliveira da Silva

Profa. Me. Amanda Oliveira da Silva
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Márcio Correia dos Santos

Prof. Me. Márcio Correia da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha avó Luzia de Lima Fonsêca
(*in memoriam*) meu grande exemplo de fé,
força, coragem e afeto, DEDICO.

*“(...) Acima de um passado que está
enraizado na dor
Eu me levanto
Eu sou um oceano negro, vasto e irre-
quieto
Indo e vindo contra as marés, eu me
levanto
Deixando para trás noites de terror e
medo
Eu me levanto
Em uma madrugada que é maravilho-
samente clara
Eu me levanto
Trazendo os dons que meus ancestrais
deram
Eu sou o sonho e a esperança dos es-
cravizados
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!”*

Maya Angelou

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. DOS CONFINS DO NÃO SER: E EU NÃO SOU UMA MULHER?.....	08
3. INTERSECCIONALIDADE: UM PERCURSO RUMO À QUEBRA DO DISCURSO DOMINANTE	11
4. O QUE É LUGAR DE FALA? MULHERES NEGRAS (R)EXISTEM..	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17

FILÓSOFAS NEGRAS: VOZES SOANTES E DISSONANTES

BLACK PHILOSOPHERS: SOUNDING AND DISSONANT VOICES

Lúcia de Cássia da Silva Fonsêca*

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a persistente problemática do silenciamento e invisibilidade das mulheres negras, especialmente dentro do panorama filosófico. Partindo da premissa de que essas vozes muitas vezes foram marginalizadas ou negligenciadas, a pesquisa busca destacar a diversidade de perspectivas, experiências e críticas apresentadas por essas pensadoras, através da teorização de conceitos centrais do feminismo negro, como interseccionalidade e lugar de fala. Destaca-se a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica que desafia abordagens simplificadas, enfatizando a necessidade de uma análise mais complexa das estruturas de poder. A pesquisa destaca, ainda, a importância de reconhecer e integrar as contribuições das filósofas negras ao corpo de conhecimento filosófico de forma mais abrangente, e ao desafiar normas estabelecidas, visa contribuir para a construção de um espaço filosófico mais inclusivo, receptivo e reflexivo. Nessa perspectiva, este artigo reunirá ainda o pensamento de filósofas e intelectuais negras, com o intuito de fazer ecoar estas vozes no espaço de produção filosófica, entre elas Sueli Carneiro, Angela Davis, Djamila Ribeiro, entre outras.

Palavras-Chave: Silenciamento; mulheres negras; lugar de fala.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the persistent problem of the silencing and invisibility of black women, especially within the philosophical panorama. Starting from the premise that these voices have often been marginalized or neglected, the research seeks to highlight the diversity of perspectives, experiences and criticisms presented by these thinkers, through the theorization of central concepts of black feminism, such as intersectionality and place of speech. Intersectionality is highlighted as a theoretical-methodological tool that challenges simplified approaches, highlighting the need for a more complex analysis of power structures. The research also highlights the importance of recognizing and integrating the contributions of black philosophers to the body of philosophical knowledge in a more comprehensive way, and by challenging established norms, it aims to contribute to the construction of a more inclusive, receptive and reflective philosophical space. From this perspective, this article will also bring together the thoughts of black philosophers and intellectuals, with the aim of making these voices echo in the space of philosophical production, including Sueli Carneiro, Angela Davis, Djamila Ribeiro, among others.

Keywords: Silencing; black women; place of speech.

* Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus I*.
E-mail: fonseca.ks23@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva teórico-política, a história das mulheres surge como campo definível especialmente a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Scott (1992), nos Estados Unidos, com grande influência do movimento dos direitos civis, o movimento feminista surge como uma necessidade de romper com a invisibilidade estabelecida pela sociedade fundada numa base patriarcal em que mulheres eram oprimidas e submetidas a um espaço de subalternidade, sendo execradas do espaço público.

No entanto, ao recorrermos à história, veremos que este movimento nascido para a defesa e a luta pelos direitos de todas as mulheres acaba por construir uma universalização das experiências femininas, restringindo-as a um grupo específico de mulheres que na época tinham respaldo para acessar e ocupar esses lugares de luta, mulheres brancas de classe média. Ainda segundo a historiadora Joan Scott, a partir de meados dos anos 80, a discussão que questiona a universalização da categoria gênero ganha maiores contornos.

Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada. (Scott, p. 87, 1992)

Isto posto, em um movimento de resistência e luta pela afirmação e reconhecimento identitário, algumas intelectuais e filósofas, especialmente mulheres negras, começam a abrir um espaço de questionamento de paradigmas estabelecidos anteriormente por um sistema supremacista branco, em que se torna urgente o rompimento da epistemologia de universalização da mulher.

Mais recentemente filósofas como Judith Butler tecem críticas no sentido de evidenciar o quanto o discurso universal vigente é excludente, visto que mulheres são oprimidas de diferentes modos, tornando-se indispensável discutir a temática gênero com um recorte de raça e classe, observando-se as especificidades de cada uma. Segundo Butler:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e por que o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (Butler, 2017, p.21).

Deste modo, Butler (2017) tece sua crítica questionando essa estrutura universalizada, em que se ancora o movimento feminista ao elencar a categoria gênero em termos permanentes e indissolúveis. A filósofa enuncia, como muitas pensadoras negras, que não podemos lutar pelos direitos das mulheres considerando a figura mulher como uma identidade única, fixa e imutável, visto que isso agrava as falhas em reconhecer e abordar as complexidades específicas das experiências vivenciadas por mulheres de diferentes origens raciais e sociais, por exemplo.

Entre os anos 1970 e 1980, assim como outras intelectuais e ativistas negras dos Estados Unidos e da América Latina, bell hooks presencia a negação do racismo dentro do movimento feminista, dominado pelas mulheres brancas. Essa negação também se expressava nas produções acadêmicas. Resultado desta reflexão, em 1981 publica seu primeiro livro *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*, que trata da indignação sobre o silenciamento das vivências de mulheres negras, especialmente dentro do movimento feminista. A

partir de então, militantes negras de diversas partes do mundo iniciam um movimento de denúncia sobre a invisibilidade das mulheres negras dentro das pautas de reivindicação do movimento, lutando para que essas mulheres fossem tratadas e vistas como sujeitos políticos, propondo a desconstrução das teorias feministas e das representações que universalizam a categoria mulher, tendo como base a mulher branca de classe média.

Posto isto, o presente trabalho tem como principal objetivo trazer ao debate o fato de que historicamente nossa sociedade foi construída sob pilares sexistas e racistas em que mulheres negras foram relegadas a um espaço de marginalidade, abandono e rejeição. Como forma de crítica a um sistema extremamente eurocêntrico, branco, machista e epistemicida, pretendemos expor o silenciamento e a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista e, especialmente, dentro dos espaços de produção do pensamento filosófico.

Pretende-se pensar a mulher negra para além de uma existência física narrada a partir de um lugar subalterno e marginalizado, mas a partir de um espaço de construção e expressão imposto de se posicionar no mundo que lhe marca, subjetivamente e socialmente falando, o silêncio. Por isso, inspirado nas vozes de filósofas e intelectuais negras, o presente trabalho objetiva denunciar esta invisibilidade e apagamento tão evidente dentro do próprio cânone filosófico, destacando a contribuição teórico-analítica dessas mulheres, que coloca em evidência a combinação das opressões – de raça, classe e outras formas de discriminação.

Deste modo, pretendemos refletir o feminismo negro não somente como luta identitária, mas como projeto democrático (RIBEIRO, 2018). Se pensarmos no espaço acadêmico, por exemplo, e nos currículos de graduação em filosofia, veremos que as poucas mulheres que estão presentes, as grandes porta-vozes de um pensamento filosófico feminista ou não, são, na maioria das vezes, mulheres brancas, europeias, heterossexuais e de classe média alta. Obviamente, em seus escritos e produções essas mulheres irão expressar suas vivências e necessidades, negligenciando desta forma, todo o restante de mulheres que não se encaixam dentro destes padrões.

Em um cenário pós-escravidão em um país como o nosso, pensar qual é o lugar destinado a mulher negra atualmente é pensar a partir de um lugar de subalternidade histórica onde esta mulher é colocada, um não-lugar enquanto ser mulher, uma vida sem valor algum além do trabalho e da servidão, que acabam determinando essa forma de ser e estar no mundo e a ausência em lugares de poder, socialmente falando.

Então pensar o feminismo negro é também pensar formas de entender essa realidade, e buscar estratégias específicas para analisar e enfrentar essa condição que, além de uma construção teórica, trata da realidade de mulheres ainda mais silenciadas e invisibilizadas no nosso país e no mundo, traçando estratégias reais de enfrentamento, luta e superação da opressão e das condições de miséria que as mulheres negras continuam vivendo ainda nos dias atuais.

Por último, pretende-se destacar a contribuição teórico-analítica de filósofas e intelectuais negras, denunciando sua invisibilidade nos espaços de poder, em uma tentativa de romper essa construção racista/sexista, evidenciando suas vozes enquanto produtoras de um grande pensamento filosófico que revela, sobretudo, a combinação das opressões – de raça, classe e outras formas de discriminação.

2 DOS CONFINS DO NÃO SER: E EU NÃO SOU UMA MULHER?

De acordo com a filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro (2011), durante muito tempo o movimento feminista foi encarcerado por uma perspectiva unicamente eurocêntrica e universal das mulheres. Tal perspectiva resulta em um total negligenciamento das diferenças, peculiaridades e desigualdades que habitam o espaço feminino. Deste modo, embora haja um movimento que luta no sentido de libertação das mulheres, há um grupo que não é contemplado e permanece silenciado e invisibilizado por outras opressões.

Neste aspecto, Sueli Carneiro enfatiza que historicamente é impossível afirmar que mulheres brancas viveram a mesma experiência subjetiva de construção de identidade e subjetividade das mulheres negras, tendo em vista que “o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras”. (CARNEIRO, 2011, p. 1)

Uma das grandes contribuições do feminismo negro é tensionar a reflexão em torno de como a opressão se manifesta dentro do tecido social, desmistificando a visão supérflua de que mulheres são afetadas apenas por um tipo específico de opressão, que seria a supremacista masculina, ou seja, possibilitar o entendimento de que existem múltiplas opressões que se entrecruzam a partir de vários marcadores de diferenças sociais: gênero, raça, classe, sexualidade etc. Deste modo, o feminismo negro revela e evidencia as marcas atroz de exclusão, silenciamento, e apagamento, às quais as mulheres negras são submetidas a partir do racismo, inclusive dentro do próprio movimento feminista liderado majoritariamente por mulheres brancas de classe média.

O feminismo negro é um movimento que ganhou destaque na segunda metade do século XX, embora seja importante pontuar que nunca houve uma expressão de contentamento ou de curvar-se frente às diversas formas de opressão que as mulheres negras eram submetidas desde a escravidão. Em sua célebre obra *Mulheres, raça e classe*¹, a filósofa e ativista política estadunidense Angela Davis elabora uma denúncia à desumanização da mulher negra, especialmente na sociedade norte-americana, evidenciando as condições que essas mulheres eram submetidas, em uma associação dos conceitos de gênero, raça e classe na formação histórica e social dos sujeitos.

Davis e tantas outras intelectuais negras chamam a atenção para o fato de que o movimento feminista falhou e ainda falha ao negligenciar as vivências, peculiaridades e necessidades das mulheres negras, mostrando desinteresse em tratar e lutar por questões que dizem respeito ao racismo. De acordo com a filósofa, após a guerra civil dos Estados Unidos, quando homens negros conquistaram o direito ao voto e as mulheres não, as sufragistas brancas inteiramente indiferentes a luta antirracista, proferiram uma série de reclamações extremamente racistas. (DAVIS, 2016) A posteriori, ainda quando não eram explicitamente racistas, feministas brancas construíram e fortaleceram um feminismo hegemônico no qual a figura da mulher foi universalizada e reduzida a uma identidade subjetiva específica, de uma mulher branca de classe média-alta, sendo deste modo omissas às situações de dominação e opressão vividas pelas mulheres negras. Segundo aponta Davis:

“Mulher” era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino. (Davis, 2016, p. 157)

Neste contexto, o espaço a que a mulher negra é relegada é o não-lugar, visto que suas vivências e dores não são contempladas dentro dos movimentos de luta de suas irmãs brancas, nem tampouco associam-se unicamente ao ser homem negro, mas são atravessadas tanto pela opressão racial quanto pela opressão de gênero, e de modo ainda mais violento pela intersecção de coerções. Em discurso proferido na Conferência de Direitos da Mulher em Ohio, Estados Unidos, no ano de 1851, Sojourner Truth² já denunciava estas questões:

¹ Publicado originalmente em 1981, *Mulheres, raça e classe*, obra da filósofa e teórica feminista estadunidense negra Angela Davis, é um clássico fundamental para se compreender as nuances das múltiplas opressões que estruturam a sociedade. Foi publicado pela primeira vez no Brasil, em 2016, pela editora Boitempo.

² Sojourner Truth, na verdade, foi o nome adotado por Isabella Baumfree, a partir de 1843. Nascida em um cativo em Swartekill, em Nova York, Truth, mulher negra ex-escravizada tornou-se abolicionista afro-americana,

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravo. Quando manifestei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth *apud* Ribeiro, 2017, p.13).

Em seu discurso, Sojourner contesta a universalização da construção do que é ser mulher, visto que o grande mito da fragilidade feminina não se aplica à mulher negra, que desde a escravidão sempre foi objetificada e designada tão resistente e forte como qualquer homem negro, ou seja, Sojourner já denunciava que enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e à participação no mercado de trabalho, por exemplo, mulheres negras tinham sua existência resumida à força de trabalho. Vale dizer, mão de obra escrava, e a disponibilidade e obrigatoriedade completa ao cuidado e serviço, até mesmo sexual.

Assim, percebe-se que para as mulheres negras nunca houve escolha, a elas foi negada a possibilidade de ser, portanto, a representação construída e estabelecida sobre o ser mulher, pois historicamente não seriam capazes de contemplar as experiências reais vividas por todas aquelas que eram identificadas como mulheres.

A filósofa brasileira Djamilia Ribeiro, em sua obra *Quem tem medo do feminismo negro* (2018), relata a experiência de por muitas vezes não conseguir se identificar com este feminismo narrado como universal, visto que as mulheres negras e suas especificidades não eram sequer pautadas ou representadas. As marcas desse negligenciamento atroz continuam a ser vividas frequentemente até os dias atuais, como formas de herança não somente deste movimento feminista elitista, branco e heteronormativo construído ao longo dos anos, mas por uma sociedade que tem suas bases construídas sob esses mesmos alicerces que apagam, silenciam e deslegitimam o ser do outro. Ribeiro aponta que:

Na maior parte da minha infância e adolescência, não tinha consciência de mim. Não sabia porque sentia vergonha de levantar a mão quando a professora fazia uma pergunta já supondo que eu não saberia a resposta. Porque eu ficava isolada na hora do recreio. Porque os meninos diziam na minha cara que não queriam formar par com a “neguinha” na festa junina. Eu me sentia estranha e inadequada, e, na maioria das vezes, fazia as coisas no automático me esforçando para não ser notada. (Ribeiro, 2018, p. 6)

Mulheres negras não são tratadas como humanas, visto que há uma universalização a partir da perspectiva branca na qual a ideia de ser humano foi historicamente definida e fundamentada sob uma cultura branca, masculina e europeia. Deste modo, historicamente mulheres negras foram marginalizadas e reduzidas a estereótipos e caricaturas, sendo que suas identidades e experiências foram relegadas a um espaço de servidão e subalternidade, desempenhando sempre papéis subservientes em relação às pessoas brancas.

Segundo a filósofa brasileira, negra, Sueli Carneiro, há uma negação complexa de existências outras que se distanciam daquela originariamente estabelecida como única humana, e reconhecidamente válida, o padrão da branquitude, que estabelece a ordem inerente da hierarquia de apagamento racial. Sob este pressuposto, dentro do campo do pensamento filosófico, há uma questão ontológica que revela uma estrutura de dominação sobre a pergunta acerca

escritora e ativista dos direitos da mulher. Em decorrência de sua atividade política, em 1851, participou da Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos, onde apresentou seu discurso mais conhecido intitulado *E eu não sou uma mulher?* (RIBEIRO, 2017, p. 13)

do ser ou não-ser, em que o ser se afirma em oposição ou negação ao não-ser. Neste sentido, seriam as mulheres negras caracterizadas ininterruptamente como não-ser, dentro da história da filosofia em particular como na história do ocidente em geral, às quais foram negadas as possibilidades de ser, relegadas ao âmbito do inumano, e especialmente deslegitimadas do campo epistemológico de produção do pensamento filosófico:

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua capacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade européia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o ser constrói o Não-ser. (CARNEIRO, 2005, p.99)

Deste modo, a construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser³ é parte essencial da manutenção de sistemas de opressão, especialmente no que se refere às mulheres negras, que dentro da história da filosofia, sempre foram instituídas como “outro”, diferentes e inferiorizadas, sempre comparadas ao ideal de branquitude. Carneiro (2005) evidencia o conceito cunhado por Boaventura Sousa Santos, para quem:

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005, p. 96).

Isto posto, percebe-se que o espaço de produção filosófico é excludente, composto majoritariamente por um cânone masculinizado branco, que, para legitimar o Ser, usou historicamente estratégias epistemicidas de construção do Não-Ser, marginalizando e negligenciando as contribuições de filósofas negras, resultando em uma falta de representação significativa dessas mulheres dentro da filosofia, e constituindo a falsa ideia de que a filosofia é dominada exclusivamente pela branquitude, e que há uma completa ausência de pensamento filosófico produzido por mulheres negras.

3 INTERSECCIONALIDADE: UM PERCURSO RUMO À QUEBRA DO DISCURSO DOMINANTE

Embora haja historicamente uma insistência de grupos hegemônicos em sobrepor a noção de universalidade, há também uma resistência que lança ao debate pautas como a pluralidade feminina. Ainda que sem tanta visibilidade, desde o século XIX percebe-se uma discussão que aponta para o fato de que é impossível pensar em gênero sem discutir outros marcadores sociais como raça e classe.

Podemos usar como exemplo, já citada anteriormente, Sojourner Truth, nome adotado posteriormente por Isabella Baumfree, mulher negra feminista, ex-escravizada, abolicionista, e uma grande defensora da liberdade e dos direitos das mulheres. Em seu renomado discurso *E eu não sou uma mulher?*, proferido em 29 de maio de 1851, Truth argumenta que ao passo que a sociedade estadunidense concedia certas regalias às mulheres brancas, como isentá-las da prática de atividades remuneradas, ainda que por justificativas tolas como a pres-

³A construção do outro como não-ser como fundamento do ser(2005) é o título da tese de doutorado da filósofa contemporânea brasileira, Sueli Carneiro. Nesta obra, a filósofa aplica os conceitos de dispositivo e de biopoder elaborados por Michel Foucault ao campo das relações raciais, sobretudo no Brasil.

suposição de inferioridade física e intelectual, mulheres negras não se incluíam neste aspecto, visto que eram habituadas comumente ao trabalho braçal.

Por conseguinte, Truth já apontava para o fato de que o discurso sobre mulheres da época não englobava ou falava para todas as mulheres, apenas para um grupo específico: mulheres brancas de classe média. No entanto, a cor de sua pele e sua classe econômica/social diferentes não reduziam ou anulavam sua condição de mulher. Neste sentido, Truth lutava para reivindicar seus direitos enquanto mulher negra, um sujeito político assim como suas irmãs brancas, no entanto, atravessada por outras condições e opressões que não podem ser desconsideradas.

Neste contexto, o Feminismo Negro enfatiza que historicamente as questões que se referem a questões de gênero associaram-se exclusivamente ao ser mulher branca, e as questões de raça exclusivamente ao ser homem negro. As experiências das mulheres negras foram, assim, desconsideradas e invisibilizadas por anos, pois não se encaixavam dentro dessas divisões. Ao serem incluídas nos mais diversos discursos que não abarcavam suas realidades, mulheres negras foram relegadas a um espaço de esquecimento e sub-representação. Por conseguinte, é impossível que o gênero seja compreendido de forma separada da opressão racial, visto que as vivências de mulheres negras são atravessadas concomitantemente por ambas as opressões.

Neste sentido, o feminismo negro apresenta como eixo teórico de suas discussões o conceito de interseccionalidade, enfatizando a necessidade de nomear e compreender as múltiplas opressões de raça, classe e gênero e suas intersecções, para que não haja um negligenciamento ou hierarquização dessas opressões vivenciadas secularmente por mulheres negras. O termo foi originalmente desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense defensora dos direitos civis, feminista e professora de teoria crítica de raça, como ferramenta teórico-metodológica para refletir e problematizar acerca da indissolubilidade estrutural entre racismo e sexismo e suas articulações. Segundo Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177)

Neste aspecto, o uso da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica busca tensionar o sistema cisheteropatriarcal branco que universaliza com base em um padrão, tecendo uma crítica especialmente à categoria mulher enquanto unicidade, buscando identificar os pontos de encontro entre as múltiplas opressões, que têm situado a maioria dessas mulheres em condições de marginalização, apagamento e invisibilidade. Embora a interseccionalidade concentre-se originariamente às intersecções de raça e gênero, também abrange em suas discussões demais eixos de diferenciação social como as categorias de classe, etnicidade, orientação sexual, entre outros, que são indispensáveis para compreender a multiplicidade de sistemas de opressão e como estes operam e produzem as diversas formas de desigualdades sociais. No contexto brasileiro, a intelectual, feminista e ativista do movimento negro, Luiza Bairros, afirma que:

Raça, gênero, classe social, e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da

necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vvida através do gênero) e de ser mulher (vvida) através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (Bairros, 1995, p. 461).

O conceito de interseccionalidade, pretende, então, dar visibilidade as múltiplas formas existentes de ser mulher sem cair em uma visão simplista, fornecendo enfim espaço e notoriedade à luta e as vivências, sobretudo, de mulheres negras, que se deparavam com hiatos tanto dentro do movimento feminista, como no movimento antirracista. Com o objetivo de cooperar para desvendar os modos como se desenrolam as relações de poder a partir de categorias como gênero, raça e classe, ultrapassando obviamente a esfera individual.

De acordo com a pesquisadora, escritora e feminista negra Carla Akotirene, em *O que é Interseccionalidade?*, este conceito “é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras...” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Em outras palavras, é uma ferramenta e instrumento político de busca por justiça social, criado por mulheres negras cujas reivindicações eram negligenciadas, para enfim alcançar as demandas dessas mulheres manifestadas pelo Feminismo Negro. Através dessa ferramenta busca-se formas de descolonizar as abordagens hegemônicas, e identificar o cruzamento e impacto das múltiplas opressões fundamentalmente negligenciadas tanto pelo movimento feminista, que não deu conta de abarcar as demandas das mulheres negras, reproduzindo o machismo em diversos momentos, como o movimento negro que historicamente abarcou apenas as experiências dos homens negros. Akotirene sublinha que:

Já estabelecendo o diálogo teórico entre o pensamento interseccional de Audre Lorde e Achille Mbembe, enquanto as mulheres brancas tem medo de que seus filhos possam crescer e ser cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas, que confessional e militarmente deixam morrer (...). (Akotirene, 2019, p. 16)

Percebemos que há um comparativo apontando para o fato de que mulheres brancas historicamente não precisam se preocupar com questões referentes à vida/morte de seus filhos pela violência ou abandono estatal, ou seja, há um aparato por parte das instituições estatais e da sociedade em geral que protege e cuida de pessoas brancas, o que não se aplica às mulheres negras, que continuam em situação de marginalização, abandono e desigualdade. Por conseguinte, a raça impõe às mulheres negras uma experiência de desafios únicos que produzem discriminações e estereótipos vinculados à combinação de opressões que vivenciam, e as políticas públicas, estruturas sociais e normas culturais que, na maior parte das vezes, perpetuam a opressão e a discriminação.

Diante disso, tomando consciência da necessidade de se discutir as raízes das opressões e desigualdades sociais a partir do conceito de interseccionalidade que, por sua vez, fornece o quadro conceitual para entender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam as experiências das pessoas na sociedade, trazemos à discussão mais um importante conceito que busca compreender a complexidade das identidades e suas relações, o de lugar de fala. Este, por sua vez, é um conceito central do pensamento feminista negro, que destaca a importância de ouvir e reconhecer as vozes daqueles que vivenciam diretamente a opressão, contribuindo para uma análise mais abrangente das estruturas sociais.

4 O QUE É LUGAR DE FALA? MULHERES NEGRAS (R)EXISTEM

Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam muitos silêncios para romper. (LORDE, 1977)

A escritora feminista negra Audre Lorde nos fala sobre a necessidade de transformar silêncios seculares em linguagem e ação, afirmando este silêncio imposto como um grande apoiador de opressões, ao suprimir a voz das mulheres, referindo-se sobretudo às mulheres negras. Reconhecendo que a linguagem e o campo do discurso é também instrumento de manutenção de sistemas hegemônicos, localizamos os mecanismos de silenciamento como processos históricos colonialistas epistemicidas, à medida que o silêncio imposto propositalmente a grupos específicos tinha como objetivo controlar narrativas, impossibilitando que estes contassem a própria história, ou seja, que se manifestassem também enquanto sujeitos políticos.

Ante o exposto, observa-se que são inúmeras as formas de silenciar alguém, a não inclusão da produção filosófica de mulheres negras nos currículos das universidades e de livros da educação básica, por exemplo, é uma forma grave de silenciamento e invisibilização. Dito isto, com o intuito de contribuir para o rompimento deste silêncio imposto, lançamos luz a um conceito central do pensamento feminista negro, “lugar de fala”, através de um pequeno recorte do pensamento filosófico de Djamila Ribeiro, filósofa brasileira negra, em sua importante obra *O que é lugar de fala?* (2017).

Epistemologicamente, a origem da ideia ou conceito de *lugar de fala* não é precisa. No entanto, segundo Djamila, parece advir da discussão política do conceito *feminist stand point*, ou em uma tradução literal, ponto de vista feminista, da socióloga e feminista Patricia Hill Collins, que afirma que socialmente cada pessoa ocupa um lugar e posição específicos, que irá depender das intersecções que a atravessam, proporcionando, deste modo, uma visão e consequentemente, uma vivência e narrativa única para cada lugar que ocupa. Neste sentido, afirma Ribeiro que “a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala.” (RIBEIRO, 2017, p. 34) No artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (2016), Collins aponta para o fato de que historicamente, o conhecimento da mulher negra foi construído sob uma visão colonizadora, sempre em oposição ao homem branco, nunca a partir de si mesmo, mas sempre ocupando o lugar do *Outro*. Por conseguinte, sublinha a necessidade de mulheres negras autodefinirem-se reivindicando o direito à existência:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (Collins, 2016, p. 105.)

Neste sentido, percebemos que as experiências comuns vividas por mulheres negras são resultantes do lugar social que ocupam, por muito tempo ditado e controlado por um dis-

curso único excludente que se pretende universal. A partir daí, a autora sugere a construção de pensamentos e posicionamentos que não tenham como base epistemológica a experiência branca, destacando a possibilidade de que mulheres negras podem autodefinir-se, e nomear suas experiências a partir do lugar de sub-representação a que foram impostas, rompendo com o regime discursivo dominante. Sobre o aspecto da importante contribuição da teoria do ponto de vista feminista de Collins, Djamila Ribeiro aponta que:

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e que a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (Ribeiro, 2017, p. 34)

À medida que as pautas reivindicadas dentro do movimento feminista eram levantadas por mulheres brancas, o que é válido, pois enfrentavam desafios e questões relacionados à categoria gênero, é importante observar que ambas possuíam privilégios associados a sua identidade racial que as mulheres negras desconheciam, visto que sofriam racismo dentro do próprio movimento. Neste contexto, entender o lugar de fala envolve reconhecer as experiências distintas de diferentes grupos, compreendendo o lugar que ocupam dentro da estrutura social e criar espaços inclusivos para ouvir e aprender com as diversas perspectivas. As mulheres brancas podem contribuir para discussões sobre questões de gênero de maneira construtiva, desde que estejam cientes de sua posição relativa e se esforcem para romper a visão universalista.

Desta forma, as experiências vividas particularmente por mulheres negras, sua herança de opressão, subalternização e silenciamento fez com que suas vozes e produções intelectuais fossem do mesmo modo menosprezadas, deslegitimadas e silenciadas secularmente. Ainda como afirma Ribeiro (2017), basta que nos perguntemos onde estão as produções filosóficas de autoria de mulheres negras dentro do cânone filosófico, especialmente nos currículos das universidades brasileiras. Por conseguinte, percebe-se que devido ao seu posicionamento social como um grupo historicamente marginalizado, mulheres negras são constantemente impedidas de ocupar espaços de poder, e conseqüentemente fazer ecoar suas vozes. Neste sentido, o lugar de fala atua como conceito que busca garantir espaço para que grupos que nunca foram ouvidos possam enfim falar, e esta fala aqui ultrapassa o mero sentido de emitir sons verbalizando pensamentos, mas segundo a filósofa Djamila Ribeiro “Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (RIBEIRO, 2017, p. 37)

Um esclarecimento importante a ser feito sobre o conceito de lugar de fala é o de que o mesmo não busca restringir a voz de determinados grupos em detrimento de outros, no caso, os grupos historicamente marginalizados. É imprescindível afirmar que todos têm lugar de fala, no entanto é necessário que cada indivíduo tenha consciência de que está socialmente localizado em determinado espaço/grupo e condição social que o fazem ter experiências e perspectivas específicas que não podem ser universalizadas, ou seja, cada qual deve falar com a própria voz sobre as próprias experiências.

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas da sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 48)

Com isso, pretendemos pensar o lugar de fala como ferramenta conceitual de luta para a quebra de um sistema de autorização discursiva que historicamente decidiu quem poderia falar através do silenciamento, e posteriormente da deslegitimação de vozes. E deste modo, promover a pluralidade de vozes questionando e desafiando estruturas de conhecimento historicamente dominadas por perspectivas eurocêntricas, compreendendo a necessidade de identificar a posição que ocupamos socialmente enquanto grupo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo propor uma reflexão acerca do ser mulher para além de uma visão ancorada no universalismo das hegemonias estabelecidas, tornando evidente o Pensamento Feminista Negro enquanto necessário para discutir e compreender as dinâmicas complexas que permeiam as experiências identitárias e sociais. Esse, por sua vez, tem buscado historicamente restituir humanidades negadas, legitimando um sujeito excluído e marginalizado pelo sistema colonialista cisheteropatriarcal branco, que aqui destacamos a mulher negra.

Através da teorização de conceitos como interseccionalidade, buscamos ir além de análises reducionistas, para de fato identificar e compreender as múltiplas opressões e as desigualdades que provocam através de suas intersecções. O conceito de lugar de fala, por sua vez, reforça a necessidade de amplificar as vozes daqueles que vivenciam diretamente a marginalização. Ele nos lembra que a autoridade para falar sobre determinados assuntos é influenciada pela posição social e histórica, instigando-nos a questionar e desafiar estruturas que perpetuam silenciamentos sistemáticos. Portanto, é urgente reconhecer o discurso não enquanto amontoado de palavras, mas enquanto potência transformadora, imbricado historicamente como sinônimo de poder. Neste sentido, há a necessidade de reconhecer que houveram vozes historicamente silenciadas, especialmente de mulheres negras, para possibilitar uma análise mais complexa das estruturas sociais.

Buscamos ainda denunciar a invisibilidade das mulheres negras como produtoras de um pensamento filosófico, visto que ao longo da história da filosofia, as produções e contribuições de mulheres negras foram frequentemente marginalizadas, relegadas à obscuridade e negligenciadas nos círculos acadêmicos dominantes, plantando muitas vezes a falsa ideia de sua escassez ou ausência. Esta invisibilidade não é apenas uma omissão histórica, é uma perpetuação de desigualdades que distorcem a compreensão do pensamento filosófico em sua totalidade, criando lacunas.

Deste modo, destacamos, sobretudo, a importância de explorar e reconhecer as contribuições impactantes dessas pensadoras para o panorama filosófico, não apenas como agentes de enriquecimento do cânone, mas vozes soantes, que ecoam, reivindicam e reafirmam sua existência e resistência, quebrando correntes impostas historicamente e ressoando como um coro coletivo de luta que não se curva e desafia o silenciamento imposto. Ao reivindicarem o espaço que lhes foi historicamente negado, essas filósofas desempenham um papel crucial na desconstrução de estruturas de poder que historicamente as relegaram à margem. Dessa forma, este trabalho não é apenas uma celebração das contribuições filosóficas das mulheres negras, mas também um reconhecimento profundo de que suas vozes soantes são elementos indispensáveis na tessitura da trama filosófica.

Por conseguinte, propomos contribuir para o rompimento desta invisibilidade apresentando o pensamento de filósofas e intelectuais negras, evidenciando-as como produtoras de um pensamento filosófico contra-hegemônico que cria fissuras no regime discursivo dominante. No entanto, corrigir essa invisibilidade exige ainda uma reavaliação profunda dos currículos, uma revisão crítica dos cânones filosóficos e uma redefinição das normas vigentes que ainda são manchadas pelo racismo estrutural. Diante de tudo isso, afirmamos que mulhe-

res negras não devem ser apenas objeto de estudo em discussões sobre marginalização, devem ser agentes centrais na produção e moldagem do pensamento filosófico, donas de suas próprias vozes, capazes de falar por si mesmas, reivindicando o direito de existir, e assim rompendo o sistema de dominação. Que este trabalho inspire reflexões mais amplas sobre a inclusão, representatividade e ressonância dessas vozes que, ao ecoarem, moldam e enriquecem nosso entendimento coletivo de mundo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. *Revista Estudos Feministas*. N. 02, 1995, p. 458-463.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão de identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo a situação da mulher na América Latina**. 2011 Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-pers-pectiva-de-genero>>. Acesso em: 10nov. 2023.

_____. **A construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/RmjB7R>>. Acesso em: 10nov. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

LORDE, Audre. Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas, 2017. [S.I.].

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. (Feminismos plurais)

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In. BURKER, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a força divina, a energia sagrada do bem, pela qual me sinto envolvida, e mesmo diante das adversidades, firme, forte e sempre disposta a recomeçar de onde quer que seja.

À minha mãe, meu pai, e meus irmãos, por todo o apoio, pelo colo, por serem meu porto seguro, e minha motivação diária para dar o meu melhor.

Aos meus avós maternos, pela sua bondade, leveza e simplicidade, que sobretudo, me ensinam diariamente o que realmente importa.

À minha falecida avó paterna, Luzia, mulher preta, forte e corajosa. Por ser luz em minha vida, me ensinar que posso tudo, inclusive ser eu mesma, independente de qualquer julgamento.

À meu grande amor, Bruna, por absolutamente tudo. Por estar ao meu lado há quase oito anos me encorajando e sempre acreditando em mim, sendo demonstração contínua de afeto e cuidado. A você, todo o meu amor.

Aos meus amigos, que tornaram mais leve essa caminhada, especialmente Arthur e Eloísa, pela escuta sensível e afetuosa, na qual puderam direta e indiretamente contribuir nas minhas discussões.

À Dr. Ivandro Sales Vilar, por quem sempre tive imensa admiração, por ter acolhido com tanto carinho minhas ideias, me ajudando e iluminando meus projetos, em meio às boas risadas e taças de vinho.

À minha orientadora, Simone Marinho, por quem tenho tamanho apreço e admiração, por ter aceitado o convite para me orientar, mesmo em um cenário difícil de prazos curtos e pouquíssimo tempo para me dedicar, e ainda assim ter sido impecável em seus direcionamentos.

À Profa. Ms. Evânia Câmara Vilar, querida amiga, e também, hoje parte da minha família, pela sua disponibilidade e paciência em me ajudar na reta final a enxergar e estar atenta aos pequenos grandes detalhes, sou grata pelo carinho e saberes compartilhados.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Ms. Amanda Oliveira da Silva e Prof. Ms. Márcio Correia dos Santos, por aceitarem participar da minha banca de defesa e contribuir com o meu texto por meio de suas leituras.

Aos queridos professores que compõem o corpo docente do Departamento de filosofia da UEPB, por todas as contribuições ao longo da minha formação.